

Sputnik News, 18 de novembro de 2020

Privatização das grandes estatais: Bolsonaro vai enfrentar de fato este desafio?

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse recentemente que pretende privatizar quatro estatais até dezembro de 2021. Ele avalia que o governo federal possui uma dívida em "bola de neve" e a saída para o problema é a venda de empresas e imóveis.

Por: Marco Antonio Pereira

As empresas citadas por Guedes são Eletrobras, Correios, PPSA (Pré-Sal Petróleo S.A.) e Porto de Santos, segundo informações publicadas pelo Extra.

Guedes disse que, por exemplo, a privatização da PPSA poderia render US\$ 100 bilhões — o equivalente hoje a mais de R\$ 500 bilhões — e ajudar a pagar a conta criada com as medidas para combater o coronavírus.

Mas o caminho para as privatizações não está sendo fácil para o governo. Embargos políticos, oposição de sindicatos das empresas e dúvidas da sociedade se essa seria mesmo uma solução para tirar o país do aumento da dívida interna são apenas alguns dos percalços.

Mauro Rochlin, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro, opina que o governo tem muitos desafios como por exemplo "o lobby da burocracia estatal, dos funcionários das empresas que estejam na pauta de privatizações". Segundo ele este é um fator que pode atrapalhar os planos do governo.

Congresso nacional

Rochlin explica que a atuação desses lobbies acaba se traduzindo em apoio político dentro do Congresso, em votos na hora dessas medidas irem a plenário.

Outro economista ouvido pela Sputnik, Carlos Pinkusfeld Bastos, professor do Instituto de Economia da UFRJ, diz que o governo vai ter dificuldades para realizar as vendas, porque está "mexendo em um vespeiro".

"Há empresas que são muito difíceis ou quase impossíveis de se vender, como o Banco do Brasil, que tem uma relação muito forte com o crédito rural. Acho pouco provável que a bancada ruralista na Câmara, ou alguém interessado em ter fluxo de crédito, numa área que é extremamente sensível como é a área rural, vá querer perder essa oportunidade", avaliou Bastos.

Apesar disso, segundo este economista, várias medidas têm passado no Congresso Nacional e o governo deve ter daqui para frente mais facilidade em pautar essa agenda, depois de "um ano atípico", devido à pandemia e às eleições municipais.

"No ano que vem, continuando com essa base forte no Congresso, o governo vai voltar com essa agenda com mais intensidade, mas como falei, vai depender de grupos pró e contra dentro do Legislativo", disse Bastos.

Hiperinflação

O ministro da Economia tem afirmado que o Brasil pode "ir para uma hiperinflação muito rápido" se não rolar a dívida satisfatoriamente. Os dois economistas ouvidos pela Sputnik Brasil não veem esse perigo.

"O ministro da economia diz que o Brasil vai entrar em uma hiperinflação, quando nenhum lugar no mundo está entrando em uma hiperinflação, é uma coisa curiosa. Nossa inflação está em 3% mais ou menos, só subiu porque o presidente do Banco Central resolveu desvalorizar muito o câmbio", avaliou Bastos.

Rochlin concorda que o risco de hiperinflação levantado por Paulo Guedes não procede, pois "a privatização por si só, não vai ser capaz de impedir um déficit estratosférico que o governo está tendo esse ano e que também vai acontecer no ano que vem", explicou o economista.

Resistência das estatais

A Sputnik Brasil conversou com Douglas Melo — diretor de comunicação e imprensa da Findect (Federação Interestadual dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e do sindicato dos Correios de São Paulo — sobre como a empresa, uma das que estão na lista do governo para serem privatizadas, encara o projeto de entregá-la para a iniciativa privada.

"A privatização dos Correios vai deixar mais de cinco mil municípios sem serviço postal, porque as empresas privadas não têm interesse em atuar em regiões que não são lucrativas", avaliou Melo.

Outro ponto levantado por ele é que muitos funcionários poderão ser demitidos após a venda da empresa, pois entre 60% a 70% dos trabalhadores têm problemas de saúde relacionados à atividade profissional, e com a privatização muitos desses trabalhadores poderão ser demitidos e não conseguirão entrar em outro ramo de atividade.

"Os trabalhadores estão se mobilizando, os sindicatos estão mobilizando a categoria, fazemos nossas movimentações políticas também, isto é fundamental porque acreditamos que não há um só parlamentar que vá defender a privatização dos Correios", declarou o diretor de comunicação do sindicato dos Correios de São Paulo.

Segundo ele, o governo federal não quer privatizar os Correios, mas sim extinguir o serviço, porque atua de forma a reduzir drasticamente sua atuação no mercado e com isso faz com que as empresas privadas atuem em um espaço que deveria ser dos Correios.

Rebatendo uma afirmação de Guedes de que o avanço do comércio eletrônico seria um ponto positivo para o leilão dos Correios, Melo propõe: "Em vez de privatizar, o governo poderia fazer uma parceria com alguma empresa que faça vendas on-line e os Correios, que tem uma logística que nenhuma outra empresa no mundo tem, faria a entrega desses produtos comprados pela Internet."

Timing político

Paulo Guedes se queixou de obstáculos no campo político que atrapalham todo o processo de se fazer as privatizações, dizendo que quem dá o timing das reformas são os políticos. Ele afirmou estar frustrado pelo fato de já ter se passado dois anos e o governo continuar sem conseguir vender estatais.

"Esses interesses políticos — regionais muitas vezes, outras vezes federais, em termos de nomeações para cargos de empresas estatais — acabam por constituir um lobby poderoso que dificulta demais que o processo de privatização avance", explicou Rochlin.

Segundo o economista, para conseguir apoio para a iniciativa, o governo deveria passar a imagem de que as privatizações podem servir para "sinalizar que as coisas estão mudando, que ele está se preparando para um ajuste fiscal e que a venda de estatais não vai ser pensada de forma isolada".

Link original: <https://br.sputniknews.com/opiniao/2020111816457218-privatizacoes-de-grandes-empresas-estatais-e-desafio-do-governo-bolsonaro/>